

## **A Andifes e as eleições 2006 - aos candidatos à Presidência da República**

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), consciente de sua responsabilidade e da comunidade que representa com a Educação em nosso País, apresenta aos candidatos à Presidência da República uma síntese de sua análise do atual cenário educacional brasileiro, além de contribuições na busca de solução dos problemas identificados. Os pontos aqui destacados visam consolidar uma Política Nacional de Educação Superior e, conseqüentemente, a participação plena das universidades públicas no desenvolvimento nacional e no alcance das desejadas transformações em nosso País em vista dos desafios postos pela contemporaneidade globalizada.

Em 2002, a Andifes encaminhou documento semelhante aos então candidatos, alertando sobre a expansão desordenada do ensino superior privado e a crescente redução dos recursos humanos e financeiros das instituições federais de ensino superior (Ifes). Contra esse processo, extremamente prejudicial à qualidade do ensino oferecido no País e à sua capacidade científica e tecnológica, foram propostas medidas como: compromisso permanente do Estado com o sistema público de Educação Superior; estabelecimento de um modelo de financiamento estável e adequado à natureza das Ifes; extensão do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade a amplas camadas da população, dentre outras.

Ao longo do atual Governo, a situação das Ifes teve alterações muito significativas na direção das propostas da Andifes e, conseqüentemente, do início de um processo de fortalecimento dessas instituições e de sua revalorização. Esse processo foi marcado pela consolidação do diálogo permanente entre o Governo Federal e seus ministérios – particularmente os da Educação e da Ciência e Tecnologia – com a comunidade das Ifes e seus dirigentes. Esse diálogo foi elemento essencial para que as demandas pudessem ser apresentadas e a busca de soluções para os problemas identificados pudesse acontecer em um cenário de parceria. O quadro de servidores docentes e técnico-administrativos começou a ser recomposto, após um longo período sem liberação de vagas. A capacidade financeira das Ifes também começou a ser recuperada, com acréscimos acima da inflação aos orçamentos de 2005 e 2006, fazendo com que o custeio das instituições voltasse ao patamar de 1995.

Merece destaque o programa de expansão do sistema federal de ensino superior empreendido pela gestão que se encerra em 2006. Essa expansão, que não acontecia desde o governo militar, se deu pela criação de 10 novas universidades e 48 *campi* de instituições já existentes. A ampliação do número de vagas nas instituições públicas foi importante não só no sentido da democratização do acesso à Educação Superior, mas também da diminuição das desigualdades regionais, uma vez que o processo de expansão seguiu a diretriz de interiorização da oferta de vagas nesse nível de ensino. Além disso, a criação da Universidade Aberta do Brasil representa uma possibilidade inédita de expansão da oportunidade de educação de qualidade.

Em relação à Educação como um todo, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que teve o apoio da Andifes, representou a consolidação de uma visão que consideramos extremamente profícua e,

sobretudo, estratégica: o entendimento da Educação, em todos os seus níveis, como uma prioridade para a Nação, e a concepção da Educação Infantil, Básica e Superior como um sistema articulado.

Portanto, para o futuro, ou seja, para o Governo que se iniciará em 2007, nossa expectativa é da manutenção do princípio da Educação como área prioritária para o Brasil, sendo essa prioridade traduzida em recursos para a implantação das ações que garantam a ampliação da oferta de ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis. Para isso, é imprescindível consolidar a Educação como questão de Estado e como direito de todos (como reza a Constituição) – e não como mercadoria, de acordo com alguns movimentos empreendidos na atualidade –, além de manter o diálogo permanente entre o Governo e as instituições responsáveis pela oferta pública de ensino.

Nesse cenário, vemos como medida fundamental para o alcance das metas propostas a aplicação de 7% do Produto Interno Bruto brasileiro na Educação e o não contingenciamento dessas verbas. O não contingenciamento também é imprescindível na área de Ciência e Tecnologia para que os avanços já alcançados pela comunidade científica do País possam ser consolidados e ampliados, permitindo o desempenho pleno do potencial de nossas instituições públicas de C&T&I de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira. É necessária, também, uma política que permita a superação das desigualdades regionais no que diz respeito, particularmente, à oferta de cursos de graduação e de pós-graduação e aos investimentos em pesquisa.

Para a democratização do acesso à Educação Superior deve ser mantido e ampliado o processo de expansão do sistema federal, não só com a criação de novas instituições e *campi*, mas, principalmente, com a garantia dos recursos que permitirão a consolidação da expansão já realizada. Além disso, a capacidade instalada nas universidades existentes deve ser valorizada e recuperada, uma vez que tanto os recursos humanos quanto financeiros disponíveis no momento não são suficientes para reverter o processo de degradação pelo qual essas instituições passaram durante longos anos. Apesar desse processo, a oferta de vagas nas Ifes cresceu mais de 26% apenas no último ano, com aumento significativo na ocupação dessas vagas e no número de formados.

Destacamos, portanto, que o processo de recomposição dos quadros de servidores docentes e técnico-administrativos das Ifes, bem como de seu orçamento, ainda está por ser completado. A expansão da Educação Superior brasileira não pode se dar às custas do sacrifício da capacidade já instalada e sem recursos destinados à manutenção da qualidade que sempre marcou a atuação das universidades públicas de nosso País. Muito já foi investido para que se percamos os frutos justamente agora, quando o sistema se prepara para um salto qualitativo em termos de capacidade científica, apoio à inovação e formação de recursos humanos.

Esses princípios aplicam-se, obviamente, também à Universidade Aberta do Brasil que, pela oferta de ensino a distância, pode representar uma oportunidade única de democratização da Educação. No entanto, tal expansão da oferta não pode acontecer sem a garantia da qualidade e dos recursos humanos e financeiros que a sustentem. Por fim, ainda sobre os recursos indispensáveis à atuação satisfatória das Ifes, é urgente a recuperação salarial de seu quadro de servidores, uma vez que o poder aquisitivo dessa população foi inacreditavelmente reduzido ao longo de muitos anos.

Reivindicamos também como prioridades, para a manutenção da qualidade do trabalho realizado pelas Ifes, e considerando a história recente dessas instituições, a criação de um programa de recuperação de sua infra-estrutura, particularmente no que

diz respeito às condições de oferta de ensino de graduação. Isso porque os programas criados até o momento visam quase que exclusivamente as atividades de pesquisa, o que não reverte o comprometimento das condições para o ensino de graduação. Além disso, deve ser aprovado e implantado com urgência o Plano Nacional de Pós-Graduação, com a concretização imediata dos investimentos que permitirão o alcance das metas nele estabelecidas.

Outro entrave à atuação das Ifes brasileiras ainda não solucionado é a impossibilidade do exercício da autonomia a elas garantida pela Constituição do País. É nossa expectativa, portanto, que o próximo Governo viabilize a tão prometida autonomia do sistema federal de ensino superior, abrangendo o conjunto das Ifes e respeitando sua diversidade. O princípio da autonomia é condição essencial para que essas instituições possam exercer plenamente seu papel estratégico em favor do desenvolvimento nacional.

A responsabilidade das Ifes e, conseqüentemente, da Andifes, em relação à Educação não se esgota na apresentação de demandas referentes ao Ensino Superior. É grande e fundamental o papel que essas instituições desempenham junto à Educação Básica, por meio, principalmente, da tarefa de formação de professores qualificados para todos os níveis de ensino. Por isso, reclamamos de nossos futuros governantes também a universalização da Educação Básica e a valorização do professor, elemento central na oferta de um ensino de qualidade a toda nossa população. Essa valorização tem como ponto fundamental, embora não exclusivo, a recuperação salarial desses profissionais, sem a qual outras ações, igualmente importantes, podem se revelar ineficazes.

Diferentemente do que é defendido por alguns setores da sociedade brasileira, diminuir os investimentos na Educação Superior de modo a resolver problemas da Educação Básica não é uma solução de fato. O Brasil precisa de todos os níveis de ensino fortalecidos e a política, portanto, deve ser de investimento em todos eles, pelo que reforçamos a necessidade de investimento de 7% do PIB brasileiro nesse setor. A Educação Superior é um bem público. Nossas universidades representam um patrimônio da sociedade que levou décadas para ser construído. Quando tratadas como instituições estratégicas para o desenvolvimento da Nação, o investimento feito nas Ifes transforma-se em ganhos muito maiores para a sociedade, o que pode ser ilustrado com o dado de que mais de 90% da pesquisa realizada no Brasil está nas universidades públicas. Além disso, especialmente neste momento, merece destaque o resultado recém-divulgado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), no qual as Ifes claramente se destacam e, assim, reafirmam sua importância na formação de profissionais de todas as áreas do conhecimento.

O desenvolvimento do conhecimento, da Ciência à Cultura, da Tecnologia às Artes, tarefa à qual as universidades públicas brasileiras vêm se dedicando historicamente, é componente decisivo e insubstituível do delineamento de uma Nação autônoma, desenvolvida, justa e solidária. Ao Governo cabe a obrigação com um cuidado contínuo e pronunciado para com a Educação. Por outro lado, as Ifes estão conscientes de suas responsabilidades junto à Nação, certas de que todo esforço de conhecimento deve desembocar, em última instância, na construção de uma sociedade mais democrática e mais humana. É afirmando essa obrigação e reforçando nossos compromissos, valores e princípios que apresentamos nossas reivindicações e nos dispomos a um diálogo responsável e permanente com o futuro Governo.